

# *Superior Tribunal de Justiça*

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2291 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 27 de Setembro de 2017 Publicação: Quinta-feira, 28 de Setembro de 2017

### INSTRUÇÃO NORMATIVA STJ/GDG N. 12 DE 26 DE SETEMBRO DE 2017.

Regulamenta o credenciamento de usuários externos no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

**A DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, usando da atribuição conferida no item 16.2, inciso X, alínea b, do Manual de Organização do STJ e considerando o que consta do Processo STJ n. 19.247/2017,

#### **RESOLVE:**

#### **Seção I Das Disposições Iniciais**

Art. 1º O credenciamento de usuários externos no Sistema Eletrônico de Informações – SEI fica regulamentado por esta instrução normativa.

Parágrafo único. O credenciamento de usuários externos no SEI é destinado a pessoas físicas que participem em processos administrativos junto ao Tribunal, independente de vinculação a determinada pessoa jurídica, para fins de assinatura de contratos, convênios, termos, acordos e outros instrumentos congêneres celebrados com o Tribunal.

#### **Seção II Do Cadastro**

Art. 2º O credenciamento é ato pessoal, intransferível e indelegável e dar-se-á a partir do preenchimento do formulário de cadastro disponível no portal do STJ na internet.

Art. 3º Após o preenchimento do cadastro, o interessado deverá apresentar os originais ou as cópias autenticadas em cartório dos documentos abaixo à unidade de protocolo administrativo, para fins de digitalização e autenticação administrativa:

I – carteira de identidade – RG e cadastro de pessoa física – CPF, ou outro documento de identificação no qual conste esses dados;

II – comprovante de residência.

§ 1º Para os efeitos desta instrução normativa, considera-se autenticação administrativa a autenticação de cópia de documentos feita, por meio de cotejo da cópia

§ 2º A autenticação administrativa pode ser efetuada com uso de funcionalidade disponibilizada pelo SEI.

§ 3º Será dispensada a apresentação dos documentos referidos nos incisos I e II do *caput* deste artigo quando se tratar de cadastro de:

I – representante de empresa vencedora de certame licitatório ou contratação por dispensa ou inexigibilidade de licitação, tendo em vista a documentação apresentada à unidade área responsável pelo processo de contratação.

II – representante de instituições e profissionais de saúde que solicitem o credenciamento junto ao Programa de Assistência aos Servidores do Superior Tribunal de Justiça – PRÓ-SER, tendo em vista a documentação apresentada à unidade responsável por este credenciamento.

Art. 4º A documentação prevista no art. 3º poderá ser apresentada à unidade do Tribunal que o interessado no credenciamento mantenha interface.

§ 1º Na hipótese do *caput*, a unidade assumirá a responsabilidade pela autenticação administrativa.

§ 2º Para a liberação do acesso, a unidade deverá encaminhar solicitação, via SEI, à Coordenadoria de Gestão Documental, com a cópia dos documentos de identificação.

Art. 5º O Tribunal poderá solicitar, a qualquer tempo, a apresentação do documento original, fixando prazo para cumprimento.

### **Seção III**

#### **Da Liberação do Cadastro**

Art. 6º Verificada a pertinência dos dados cadastrados com a documentação apresentada, o Tribunal autorizará o credenciamento do usuário externo, no prazo de 5 dias úteis contados a partir do recebimento da documentação.

§ 1º O acesso ao SEI será feito com uso de *login* e senha pessoais e intransferíveis cadastrados pelo próprio usuário.

§ 2º O credenciamento do usuário externo perante o Tribunal para utilização do SEI implicará em responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade e poderes conferidos para realização das transações inerentes aos documentos assinados.

Art. 7º A autorização para credenciamento de usuário externo será indeferida nos casos de descumprimento de prazos ou de não atendimento a exigências de apresentação de documentação obrigatória ou complementar.

**Das Responsabilidades do Usuário Externo**

Art. 8º São de exclusiva responsabilidade do usuário externo:

I – o sigilo da senha de acesso, não sendo admitida, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido;

II – a comunicação imediata ao Tribunal sobre a perda da senha ou a quebra de sigilo, para imediato bloqueio de acesso.



III – o uso da senha de acesso ao SEI, incluindo qualquer transação realizada, não cabendo ao Tribunal responsabilidade por eventuais danos decorrentes de seu mau uso, ainda que por terceiros.

IV – a estrutura tecnológica necessária às transações eletrônicas, incluindo o acesso a provedor de internet e a disponibilidade de computador com configuração adequada;

V – a observância do horário oficial de Brasília para fins de contagem e cumprimento de prazo processual, considerando os fusos horários existentes no Brasil;

VI – a observância dos períodos de manutenção programada ou qualquer outro tipo de indisponibilidade do SEI.

Parágrafo único. As manutenções programadas do sistema serão sempre informadas com antecedência e realizadas preferencialmente no período da 0 hora dos sábados às 22 horas dos domingos, ou da 0 hora às 6 horas nos demais dias da semana.

Art. 9º O uso indevido do sistema será passível de apuração nas esferas administrativa, civil e penal.

## **Seção V Das Disposições Finais**

Art. 10. A realização do cadastro como usuário externo no SEI importará na aceitação de todos os termos e condições que regem:

I – O processo administrativo eletrônico no STJ, conforme a [Instrução Normativa STJ/GDG n. 8 de 4 de maio de 2015](#);

II – O credenciamento de usuários externos no SEI do STJ, conforme as disposições desta instrução normativa;

III – As demais normas aplicáveis.

Art. 11. O credenciamento está condicionado à aceitação das regras do SEI pelo usuário externo, admitindo-se como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (*login/senha*).

Art. 12. Os editais de contratação de bens, serviços e obras, bem como os contratos e acordos celebrados pelo Tribunal, poderão conter a exigência de credenciamento do representante legal da contraparte como usuário externo do SEI.

Art. 13. Fica revogada a Seção IV, do Anexo I, da [Instrução Normativa STJ/GDG n. 8 de 4 de maio de 2015](#).

Art. 14. Esta instrução normativa entra em vigor na data de sua

REVOGADO

# *Superior Tribunal de Justiça*

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2291 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 27 de Setembro de 2017 Publicação: Quinta-feira, 28 de Setembro de 2017 publicação.

Sulamita Avelino Cardoso Marques

